



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10,00 horas.

No **Perfodo de Antes da Ordem do Dia** foi referida a correspondência.

Foi também apresentado, pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, um **voto de congratulação** manifestando o "reconhecimento e agradecimento para com quantos se empenharam no garantir um nível de apoio financeiro dos Estados Unidos da América aos Açores que viabilize o projecto de desenvolvimento regional, particularizados no que respeita aos Senados de Rhode Island, Massachusetts e Califórnia nos Estados Unidos da América".

Após a leitura do voto, feita pelo Sr. Deputado Pacheco de Almeida (PSD), usaram da palavra os Srs. Deputados Decq Mota (PCP), Carlos César (PS), Alvarino Pinheiro (CDS) e Pacheco de Almeida (PSD), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Manuel Melo (PSD), Paulo Teixeira (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), Natalino Viveiros (PSD), Borges de Carvalho (PSD), José Manuel Bettencourt (PS) e Carlos César (PS), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral.

No **Perfodo da Ordem do Dia** foram apreciadas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional - Extinção do Serviço Regional do Açúcar e do Alcool.**

Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional que adita um número ao artigo 4º do Decreto Legislativo Regional nº 9/80/A, de 5 de Abril.**

Após a apresentação da proposta, feita pelo Sr. Secretário Regional da Administração Pública, António Menezes, a mesma foi submetida à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional que aplica à Região Autónoma dos Açores o regime do Decreto-Lei nº 265/88, de 28 de Julho.**

A apresentação da proposta foi feita pelo Sr. Secretário Regional da Administração Pública, António

Menezes.

Posta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

Finalmente, foi também aprovada por unanimidade uma **Proposta de Resolução da Mesa da Assembleia Regional dos Açores declarando findo o período legislativo de Setembro.**

Os trabalhos terminaram às 12,30 horas.

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção para a chamada.

(Eram 10,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Alvaro Monjardino, António Silveira, Borges de Carvalho, David Santos, Fernando Faria, Pacheco de Almeida, Flor de Lima, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, João de Brito, João Vasco Paiva, Jorge Cabral, Jorge Cruz, José Carlos Simas, Cinelândia Sousa, Madrugada Costa, Manuel Melo, Melo Alves, Reis Leite, Renato Moura; **PS** - Carlos César, Carlos Mendonça, João Sousa Braga, Dionísio Sousa, Hélio Pombo, Simas Santos, João Carlos Macedo, José Manuel Bettencourt, Paulo Teixeira, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; **CDS** - Alvarino Pinheiro, José Ramos Dias; **PCP** - José Decq Mota).

Presidente: Estão presentes 36 dos Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Os Srs. Secretários vão fazer o favor de dar conhecimento da correspondência.

Secretário (Jorge Cabral): Encontra-se presente a síntese dos trabalhos do quadriénio 1984/1988 do Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos, elaborado pela representante regional, Cinelândia Cogumbreiro e Sousa.

Secretário (Manuel Goulart): Estão presentes uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que adita um número ao artigo 4º do Decreto Legislativo Regional nº 9/80/A, de 5 de Abril e uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que aplica à Região Autónoma dos Açores o regime do Decreto-Lei nº 265/88, de 28 de Julho - as quais foram ambas submetidas ontem à Assembleia com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão -, bem como o relatório e parecer da Comissão Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Extinção do Serviço Regional do Açúcar e do Alcool".

Presidente: Srs. Deputados, deu entrada na Mesa um voto de congratulação, da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e que se encontra assinado pelos Srs. Deputados Pacheco de Almeida, Borges de Carvalho, Fernando Faria, Madrugada Costa e Jorge Cabral.

Se o Sr. Deputado Pacheco de Almeida deseja apresentar o voto, tem a palavra para o efeito.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presi-

dente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

"Voto de Congratulação

A diáspora açoriana fez nascer importantes comunidades de emigrantes dos Açores nos mais diversos e distantes países do Mundo, nomeadamente no Brasil, Estados Unidos da América e mais recentemente no Canadá.

Nos países para onde emigraram, os açorianos têm sabido guardar a sua identidade de povo, com uma cultura própria de que se orgulham, e que cultivam.

Em tais países, os açorianos não só têm lutado pela realização pessoal e familiar, como também vêm contribuindo de maneira decidida para o progresso das comunidades onde se inseriram.

Com o passar do anos é cada vez maior o número de açorianos, e descendentes de açorianos, que são chamados a ocupar lugares de destaque social e político nos países que os recolheram em hora de dificuldade e mudança de vida.

A conquista da Autonomia em 1974 permitiu a criação dos Órgãos de Governo próprio da Região, e deu ao povo dos Açores a possibilidade de se organizar politicamente, o que teve reflexos imediatos nas comunidades de emigrantes açorianos, que passaram a identificar-se mais claramente com os Açores, e com os seus problemas.

Esta identificação dos Açorianos residentes nos países de emigração com os Açores, tornou possível que naqueles países de desenvolvessem acções de apoio e solidariedade para com a Região, que se traduzem na tomada de decisões políticas que em muito podem ajudar a consolidar o desenvolvimento dos Açores.

É no contexto da solidariedade acima referida, que em consonância com acções políticas levadas a efeito pelo Presidente do Governo Regional dos Açores, nos E.U.A. surgiram iniciativas nos Estados de Rhode Island, Massachusetts e Califórnia através dos respectivos Senados, no sentido de ser mantida e reforçada a comparticipação que ao abrigo do Acordo das Lajes os Estados Unidos vêm dispensando aos Açores, a qual se tem revelado indispensável ao nosso esforço de desenvolvimento. Diga-se que as acções agora assumidas na defesa do interesse dos Açores, por parte de alguns Estados onde os açorianos são já força política importante, vem reforçar o entendimento deste Parlamento Regional no

que concerne às contrapartidas que temos defendido cabem à Região sempre que Portugal negocie Acordos ou Tratados que envolvam facilidades concedidas no território dos Açores.

O que acima se disse justifica que esta Assembleia Regional dos Açores manifeste o seu reconhecimento e agradecimento para com quantos se empenharam no garantir um nível de apoio financeiro dos Estados Unidos da América aos Açores que viabilize o projecto de desenvolvimento regional.

Este reconhecimento e agradecimento devem ser particularizadas no que respeita aos Senados de Rhode Island, Massachusetts e Califórnia nos Estados Unidos da América."

Presidente: Srs. Deputados, está à discussão nos termos regimentais, podendo usar da palavra um Deputado de cada partido, por um período máximo de 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Em primeiro lugar, e substancialmente, queria marcar - como habitualmente faço - a posição do meu partido sobre esta questão e queria começar por declarar que votaremos favoravelmente este voto de congratulação por tratar de matéria de interesse político regional e por tratar, portanto, de matéria que efectivamente é justo que esta Assembleia tenha uma posição deste teor.

Aproveitava a oportunidade para fazer uma brevíssima reflexão, no fim desta legislatura, sobre um problema que tem ligação com esta questão.

Esta Assembleia Regional, na sua última Sessão desta legislatura, vai aprovar, naturalmente, um voto de congratulação em relação às comunidades de emigrantes açorianos ou descendentes que se têm empenhado na defesa de interesses legítimos dos Açores.

É necessário, é importante, é justo e a iniciativa tem todo o interesse.

No entanto, queria sublinhar que esta Assembleia Regional dos Açores, nesta legislatura, que foi a que conheci, ao longo de 4 anos, não deu organizadamente nenhum passo no sentido de estreitar relações com essas comunidades e de, através de delegação, contribuir para o aprofundamento da ligação de laços políticos e de solidariedade que existem. Aqui, nos Açores, esse papel tem sido sempre assumido - e legitimamente; não contesto isso - pelo Governo Regional e, nomeadamente, pelo seu Presidente e a Assembleia Regional dos Açores, que tem uma maioria, tem-se apagado, na minha opinião, totalmente desse papel, que também deve ter, de aproximação com os nossos emigrantes descendentes, até porque,

para além dos imperativos de ordem moral, é uma questão de grande interesse político, como recentemente se tem visto.

Ao votar favoravelmente e ao aprovar este voto de congratulação proposto pelo PSD não poderia também deixar de fazer esta nota, como eventual contributo para que a futura Assembleia possa vir a ter um outro comportamento nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós não tivemos oportunidade de reter de memória todo o conteúdo do voto que foi apresentado, visto que não obtivemos nenhuma cópia do mesmo. No entanto, no essencial, julgo que é importante nesta altura que as pessoas se associem a essa manifestação, em geral, que aqui o PSD nos trouxe desta vez e a esse propósito gostaria de dizer o seguinte:

- Em primeiro lugar, apenas retive duas impressões de pormenor sobre o voto, que pessoalmente não me agradaram. Uma delas foi a insistência em fazer a alusão à revolução do 25 de Abril como um acto no qual se conquistou a autonomia - que vem aliás na sequência de declarações de há pouco tempo e que os Srs. Deputados bem percebem o que é que eu estou a dizer. A outra tem a ver com esta referência secular e eterna, que o PSD tem que fazer a todo o propósito, de incluir o nome ou a designação do Sr. Presidente do Governo Regional em todos os votos que faz sobre este e outros quaisquer assuntos. Mas, como efectivamente quer uma coisa quer outra são de pouca importância, nós não teremos grandes inconvenientes na aprovação deste voto, que é sobre uma matéria realmente de grande importância.

Eu tive oportunidade de, em representação da Assembleia Regional dos Açores - tenho que confessá-lo, porque foi assim que fui e portanto também tenho que esclarecer o Sr. Deputado Decq Mota sobre esse aspecto -, aceder ao convite que o Sr. Presidente do Governo recentemente fez a esta Assembleia...

Deputado José Decq Mota (PCP): Não foi iniciativa da Assembleia!

O Orador: Eu tive o privilégio, pois nem todos podem ter!"

...e de o acompanhar na sua visita às Bermudas e ao Estados Unidos.

E tive de facto oportunidade de comprovar que a força e a influência da nossa comunidade, pelo menos nos aspectos parcelares a que pude ter acesso, foi e é determinante para a influência que a nossa administração regional pode ter junto da administração americana - e que não

é de desprezar quando se conhecem os laços que nos ligam, nomeadamente, aos Estados Unidos, e os interesses financeiros e outros que também temos com aquele país.

Penso que o que há sobretudo a relevar em relação a esta situação é que se a nossa comunidade não fosse o que é e não tivesse por vezes a qualidade que tem, o Sr. Presidente do Governo Regional, ou qualquer outro representante da Região Autónoma dos Açores, iria pouco além de alegres ou tristes passeios de taxi junto do Capitólio! Essa realidade não é a realidade com que nos confrontamos, graças à influência da nossa comunidade, que hoje justamente a Assembleia Regional homenageia através deste voto que o Grupo Parlamentar do PSD formulou. E este acto da Assembleia Regional é, afinal, um acto que reconhece qual a razão principal pela qual os Açores têm e mantêm um diálogo qualificado junto da administração americana.

Além disso, sucede numa altura em que, como se sabe, há uma reexplosão da nossa emigração...

Presidente: Desculpe, Sr. Deputado, é só para lhe comunicar que dispõe de mais um minuto.

O Orador: É suficiente, embora não para contar os emigrantes um a um!...

(Risos da Câmara)

O Orador: ...uma reexplosão da nossa corrente emigratória para esses países, numa altura que, evidentemente, largos estratos da população dos Açores reconhecem a dificuldade ou o acréscimo de dificuldades que constitui viver nos Açores.

Por essa mesma razão e por as nossas dificuldades se adensarem ao mesmo tempo que essa emigração aumenta, é sem dúvida a altura de reafirmar o interesse e o apreço que nós temos por essas comunidades de emigrantes espalhadas por todo o mundo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sobre a matéria em discussão o Grupo Parlamentar do CDS, muito sucintamente, quer efectivamente declarar o seu total apoio ao voto aqui proposto pela bancada do PSD e também manifestar, neste fim de legislatura, um voto no sentido de que esta decisão que a Assembleia vai tomar por unanimidade seja de facto um primeiro e, sobretudo, um fundamental passo no sentido do estabelecimento de laços profundos e profícuos de intercâmbio e colaboração entre este órgão máximo da autonomia regional e, nomeadamente, os parlamentos das áreas de maior e forte implantação da comunidade açoriana no estrangeiro e, no caso concreto, nos Estados Unidos.

Efectivamente, tem sido nossa preocupação

- e mantém-se, infelizmente, como já aqui foi referido nesta Assembleia - que o Parlamento dos Açores não pode continuar nessa política de marasmo que o tem caracterizado especificamente nesta legislatura. Foi uma das áreas em que efectivamente falhámos redondamente e felizmente que por parte do Governo Regional tem havido, enfim, por razões que todos compreenderão (algumas outras o futuro o dirá), mas tem cabido ao Governo o estabelecimento dessas relações.

É bom lembrar situações que de resto são quase que "anormais", como seja o facto de ainda recentemente este Parlamento ter tido o privilégio e a distinção de, através de uma delegação sua, ter visitado a União Soviética e, no entanto, para podermos estar presentes nos Estados Unidos os nossos Vice-Presidentes tiveram que ser incluídos na comitiva do Sr. Presidente do Governo Regional. Parece-nos que são situações que merecem reflexão e que o futuro, nesse domínio como noutros, venha corrigir o que nesse capítulo não se tem feito bem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Dá-me satisfação verificar que esta iniciativa do Partido Social Democrata foi no essencial bem entendida.

Não me deixa surpreendido que o Sr. Deputado Carlos César tenha aproveitado para fazer aqui uma pequena dissertação - o que lhe é um pouco habitual! -, procurando roubar força a uma tomada de posição que garantia por completo no essencial aquilo que era e são as nossas referências feitas ao que a comunidade significa para nós.

Não entendi bem, porque me pareceu um pouco de corrida na sua intervenção, se se lamentava de não haver uma referência ao 25 de Abril ou se julgava ter ouvido uma referência ao 25 de Abril. Para ser explícito, eu referi o ano de 1974 como o ano do aparecimento da autonomia - foi exactamente isso que disse e que pretendi significar - e fi-lo numa referência clara à possibilidade que há, agora muito mais concreta, de ligar os açorianos emigrados à sua terra - os Açores -, à sua gente, ao seu povo de que saíram mas que continuaram fazendo parte.

A referência simples que aqui foi feita ao trabalho desenvolvido pelo Governo Regional dos Açores na pessoa do seu Presidente e que pretendia e pretende sublinhar o trabalho que ele desenvolveu e outros Secretários do Governo Regional e técnicos variados ao serviço do Governo são uma nota que nos pareceu justa e que nos parece ainda mais justa. Este estreitar de ligações com a comunidade tem sido feito por muitas pessoas - talvez também um pouco pelo Sr. Deputado quando integrou esta última visita oficial que

se fez aos Estados Unidos.

Gostaria de referir o seguinte:

- Ainda bem que hoje, por parte dos diferentes grupos parlamentares e até por parte do Deputado do Partido Comunista, se verifica consonância num aspecto essencial: reconhece-se dignidade política a esta Câmara para representar no exterior a Região Autónoma dos Açores. Ainda bem, porque não foi sempre assim! Uma iniciativa deste género tida há alguns anos atrás teria recebido de alguns dos Srs. Deputados as ofensas mais graves, porquanto se consideraria isto até um crime de "lesa pátria" - está nos registos desta Assembleia. Ainda bem! Dá-me uma vontade grande de me congratular de novo. Os Srs. Deputados já perceberam que o mundo não se fecha na quadrícula do rectângulo em Lisboa - como às vezes ousamos designar o Continente - nem nas ilhas dos Açores, nem na Madeira, o mundo é muito vasto, muito mais amplo e o nosso mundo dos Açores não vale a pena tentar espartilhá-lo ou reparti-lo, ele prolonga-se pelo Canadá, pelos Estados Unidos, pelo Brasil, pelas Bermudas, pela Venezuela e por tantos outros sítios já açorianos.

Isto não é necessariamente criar outras pátrias: é antes dar ao povo açoriano uma dimensão que ele tem, que ele merece, que o prestígio e que tem sido defendida.

Estou perfeitamente de acordo com os Srs. Deputados e oxalá que nos trabalhos da próxima legislatura se recomece com o espírito com que agora se termina. É necessário e impõe-se que a Assembleia Regional dos Açores se projecte de maneira mais ampla no exterior com toda a dignidade política que pode transportar consigo, mas para que isso seja uma realidade concreta é preciso que os Srs. Deputados não se arrependam no futuro daquilo que assumiram aqui hoje, porque são de facto os passos a dar. Eles não têm nada que ver com outras coisas que não sejam dignificar esta Câmara, dignificar este Povo e explicar aos outros o que é que somos.

Eu já tive o privilégio de, pelo menos num dos Senados aqui referidos - o de "Rhode Island" -, ser chamado a dar testemunho da presença de um açoriano, entre vários, nos Estados Unidos e devo dizer-lhes que senti uma comoção grande, porque me senti em casa - senti-me em Rhode Island como se o Senado de Rhode Island fosse o prolongamento da Assembleia Regional dos Açores, porque os povos se estimam, se compreendem, se completam e nós temos muito do nosso povo nesse Estado de Rhode Island, tal como temos na Califórnia, no Massachusetts, que aqui está referido.

Portanto, deixando como notas menos boas qualquer menos bom entendimento em relação ao trabalho de congratulação que aqui procurámos trazer, fica-me - como disse - de novo uma dupla

congratulação: este Parlamento assumiu uma dimensão política que lhe vinha faltando.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para prestar um esclarecimento.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas um pequeno esclarecimento, porque na minha primeira intervenção não me fiz perceber. Pensei que mesmo assim me percebiam, mas isso não aconteceu.

A referência que fiz em relação ao 25 de Abril foi esta: é que, salvo erro, o voto diz que o 25 de Abril corresponde - e V. Exa. reafirmou-o agora - à data da conquista da autonomia. Ora, a minha observação sobre isto é apenas uma observação sem muita importância e que tem a ver com o seguinte: - quando se pede a alguém para contar até 5, as pessoas dizem 1, 2, 3, 4, 5; em geral, não dizem 5, 4, 3, 2, 1, razão pela qual quando se fala do 25 de Abril se deve dizer 25 de Abril, democracia e autonomia e não, por exemplo, 25 de Abril, autonomia e democracia. Era esta mera observação de pormenor que queria fazer, que não tem, evidentemente, uma importância tal que justifique, a este propósito (a outro tê-lo-á porventura), uma discussão tão significativa.

Além disso, gostaria de dizer que o Partido Socialista sempre foi um partido - passe a expressão - universal e, de resto, com raízes tão amplas que nunca lhe poderia permitir uma curteza de vistas em relação à visão dos Açores no mundo e ao seu relacionamento com o exterior.

Por isso, sem uma visão aérea sobre esse assunto, o Partido Socialista tem no entanto uma vista alargada sobre ele.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco de Almeida também para prestar um esclarecimento.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É exactamente para dar um esclarecimento.

Se me permitissem, eu lia as poucas linhas em que admito perfeitamente que, apenas ouvidas, não tivessem permitido uma visão muito alargada, mas sim uma visão aérea por parte do Sr. Deputado (Já nos habituou a essa visão aérea!): "A conquista da autonomia, em 1974, permitiu a criação dos órgãos de Governo próprio da Região,...".

Foi de propósito que não referi - já explicitiei e gosto de reafirmar - a conquista da autonomia no 25 de Abril, porque não foi no 25 de Abril: o 25 de Abril criou as condições que permitiram que a autonomia se viesse a concretizar, tal como permitiu muitas outras coisas!

Portanto, se eu quisesse fazer aqui uma dissertação sobre o 25 de Abril, teria que falar de todas as virtudes que por aí vieram e de alguns excessos que por aí chegaram.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

O Orador: Não foi isso que eu pretendi fazer!

Tenho pelo 25 de Abril o respeito que os democratas devem ter por uma data que permitiu mudar a face e o sentimento de Portugal, mas não tenho, digamos, uma veneração de sentido estético que me obrigue a fazer disto uma profissão de todos os dias. Guardo-o como um valor interior para o qual me viro como um ponto de referência, sem ter que estar aqui a fazer essas afirmações de fé, que o Sr. Deputado muito gosta de fazer, em relação à data, ao dia, quizá ao segundo!

Presidente: Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido. De forma que vamos então passar à votação.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Peço a palavra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, eu não peço a palavra para intervir no debate porque isso não está previsto no nosso Regimento, mas gostaria que V. Exa. me permitisse chamar a atenção para um pormenor de redacção do voto apresentado, prescindindo do uso da via telefónica, porque parece-me que o Sr. Deputado Carlos César tem um sistema de escutas aqui na Sala e poderia detectar a nossa comunicação, conforme ficou ontem provado largamente!

(Risos do PSD)

O Orador: É que no texto que foi presente, subscrito pelos Srs. Deputados do partido da maioria, diz-se que esta iniciativa de apoiar as pretensões açorianas partiu dos Senados dos Estados de Massachusetts, Rhode Island e Califórnia. Julgo que essa expressão ficaria melhor se fosse substituída por "Órgãos Legislativos Estaduais", já que foi de facto o Senado de Rhode Island que se manifestou perante as duas Câmaras do Congresso dos Estados Unidos, mas no caso de Massachusetts foi a Câmara dos Representantes Estadual que apresentou um voto similar e no caso da Califórnia foram as suas Câmaras da Legislatura Estadual-Assembleia dos Representantes e Senado - que se dirigiram ao Presidente do Estados Unidos e ao Congresso, subscrivendo e apoiando as nossas pretensões.

Todos estes elementos constam do documento que fiz chegar à Mesa da Assembleia e que ainda ontem foi mencionado na leitura do expediente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, este é um problema de redacção, que é posto, antes de mais, à consideração dos subscritores do voto de congratulação.

(Pausa)

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Por nossa parte aceitamos como uma precisão a introduzir

no voto de congratulação.

Presidente: Parece ser realmente um problema de redacção que não justifica abrir um diálogo sobre ele. Aliás, este voto está manuscrito, terá que ser dactilografado e nessa altura será introduzida esta emenda.

Assim sendo, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, passamos então agora ao período de Antes da Ordem do Dia destinado a **intervenções de interesse político relevante para a Região.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Melo.

Deputado Manuel Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Antes de iniciar a minha última intervenção gostaria de saudar todos os Srs. Deputados.

E quero, antes de mais, agradecer a amizade que me dispensaram ao longo dos 12 anos que levo de permanência nesta Casa.

E dizer-lhes, ainda, que não quero fazer parte do esgoto Histórico, onde só vivem ratos, baratas, à mistura com algumas cascas de melancia ainda frescas.

(Risos do PSD e do Presidente do Governo Regional)

O Orador: Deixo assim a primeira linha de combate, mas ficaria na segunda, com baterias municadas para todos os que, desprezando o Povo, dele se servem, em nome de ideologias que já perderam a cor e foram arrumadas na gaveta, Nem a Perestroika os salva!

(Risos do PSD e do Presidente do Governo Regional)

O Orador Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Nós, os Sociais Democratas, viemos de longe, de muito longe, e tardámos em cá chegar. Mas viemos para ficar. Viemos desde as brumas do tempo, logo que de autonomia se falou.

Igréjios avós, há muitos anos em nós pensaram e nos legaram seus anseios, sempre reprimidos.

Tempos de outrora, que a bruma das noites escuras, escutando o bramir das ondas contra a penedia negra das nossas ilhas jamais esquecerá, sempre acabaram criando lavadia, que bastas vezes, teimou em não parar.

Terras de gentes rudes, vindas dos quatro cantos do mundo então conhecido, aportaram a estas ilhas, trazidos muitas vezes à força, ou fugindo à agrura da vida noutras paragens.

Vieram do Minho, do Algarve, do Alentejo, da Flandres, e todos apostaram em desbravar as ilhas ignotas dadas a conhecer pelo esforço e ciência de uns tantos iluminados que, eivados

dos mais são princípios da igualdade e fraternidade deram novos mundos ao mundo no cumprimento do religioso voto de expansão da Cruz e do Império.

Citar nomes e datas seria passar atestado desnecessário a pessoas inteligentes.

Daf, que me fique por aqui, na referência histórica que quis recordar.

Passados que foram os anos árduos do povoamento e arroteamento, logo se constata que, povo longe da Pátria mãe, evolui no seu próprio pensar e querer na sua nova identidade.

Por isso, os Açorianos que hoje povoam as nossas ilhas e os que já delas saíram, dos sentimentos antigos, só conservam um: ser Portugueses dos Açores.

E isso quer dizer que adquiriram uma nova personalidade, aliás mundialmente reconhecida como povo das Ilhas dos Açores.

Os antigos sentimentos sempre mantidos e sempre reprimidos sem que lhes fosse reconhecido o direito à diferença, só tiveram aceitação depois da Revolução de Abril. Afim, foi feita justiça ao Povo Açoriano, tantas vezes clamada pelos nossos avós, e sempre negada; pelos homens de que a história comum se orgulha.

Gratos sempre estaremos a quem isso tornou possível. Mas, e é isso o que me propus aflorar:

Consolidado que foi o poder democrático, havia que dar forma à velha aspiração do Povo Açoriano.

Tempos difíceis, quase nos levaram à separação, que a grande maioria não deseja.

Com o aparecimento do Partido Social Democrata nas Ilhas, aglutinador do querer e da vontade da maioria do Povo destas terras, tivemos, enfim, retorno à paz democrática, e sem PREC, que à antiga se não compara.

Sendo Governo desde 1976, o Partido Social Democrata virou os Açores em todas as direcções, latitudes e longitudes.

Jamais alguém, com os recursos miseráveis disponíveis, fez tanto em tão pouco tempo.

Vejam-se os últimos: o Porto de Vila do Porto e seu parque eólico que, em nome do Povo Mariense, quero agradecer.

Andámos sempre à esmola e já nos obrigaram e obrigam a mendigar fora, o que legitimamente nos pertence.

É assim que nos consideram irmãos?

Somos Açorianos por condição, mas somos Portugueses porque queremos.

Daf que, não necessitemos de ir semanalmente à revista dizer que ainda aqui é assim estamos e queremos ficar.

Que isto fique entendido de uma vez por todas, pois assim pensa o Partido Social Democrata e a maioria do Povo Açoriano com ele.

Dêem-nos o que nos pertence e não nos obriguem

a esmolar fora, o que é nosso e nos devem, porque quem esmola, sempre se condiciona.

Dêem-nos o que em nossa terra se cria e por causa dela se gera e deixem-se de megalómanas pretensões de defesa gastando o que é nosso.

Se algum dia de defesa precisarmos só o escudo americano nos salvará. Em vez de CORSAIRS peçam aos Estados Unidos, via Açores, lanchas rápidas para evitarem que nos roubem o peixe. E não troquem milhões por P3 ORION já velhos.

A defesa da paz dos povos da actual geração não está nas arenas, mais ou menos sofisticadas que cada um possua.

A defesa da paz depende da luta contra a fome, a ignorância, a miséria, o subdesenvolvimento: convicção que me leva a ser apologista em gastos nestas áreas e não em armas e homens armados que só geram violência.

Somos Açorianos, queremos continuar a ser Portugueses, mas não nos obriguem a arranjar padrinhos.

Exemplos de Portuguesismo dado pelos mais altos vultos das letras e artes destas ilhas partidos, são a prova irrefutável da nossa Portugalidade.

Lutámos séculos e anos pela Autonomia que ora temos.

Queremo-la alargada, participada, sem ambiguidades nem desconfianças, inócua, prestigiada e sempre dinâmica, no seio dessa mesma Portugalidade.

Todos quantos a isto se opõem são considerados "Persona non grata".

E esta nossa aspiração, e da maioria do Povo das Ilhas, só se conseguirá sob a liderança do Partido Social Democrata.

Vimos realmente de longe, de muito longe e tardámos em cá chegar, mas viemos para ficar.

E a prova do que afirmo será dada, em Outubro, pelo Povo Açoriano que, maioritariamente em nós acredita.

Disse.

(Aplausos e vozes do PSD e Presidente do Governo Regional: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Teixeira.

Deputado Paulo Teixeira (PS): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais:

No momento em que subo pela última vez à tribuna desta Casa não quero deixar de apresentar a Vossas Excelências os meus cumprimentos de despedida e dizer-lhes sinceramente que aqui fui sempre por todos bem considerado. Durante um ano fui Deputado e isso para mim, além de constituir uma subida honra, foi uma experiência extremamente enriquecedora. Aqui conheci muita gente, e arranjei amizades que espero perdurem, depois de deixar esta Assembleia, pela vida

fora.

Durante o meu curto mandato procurei aqui trazer, quer em intervenções, quer em requerimentos que fiz à Mesa em conjugação com o Deputado João Braga os problemas que afligem a ilha de Santa Maria e que foram e continuam infelizmente a ser muitos. Procurei usar uma linguagem moderada e não me pesa a consciência de alguma vez me ter excedido. Sei que usei por vezes alguma dureza na defesa dos interesses da ilha que aqui represento, mas foi nas ocasiões em que senti que Santa Maria estava a ser esquecida e subalternizada. Aqui a esta tribuna trouxe assuntos tão diversos como o do Porto de Santa Maria, da Zona Franca, construção do Centro de Saúde e amiudadas vezes o problema das estradas e do NAV II, etc., etc..

Referindo-me agora mais concretamente ao NAV II digo-lhes que fiquei com uma certa esperança num empenhamento firme do Governo Regional na defesa da manutenção deste serviço nos Açores após o conhecimento do célebre "parecer" do Ministro das Comunicações. Talvez agora com o calor do Verão que se tem feito sentir nos Açores, tudo parece ter ficado esquecido...

Senão vejamos: após o conhecimento do referido "parecer" o PS elaborou de imediato por intermédio dos deputados de Santa Maria um documento que procurava refutar em vários pontos chave a opinião do Sr. Ministro. Este documento foi por nós entregue em mão ao Sr. Presidente do Governo Regional em Abril passado. Também de seguida a Assembleia Municipal de Vila do Porto elaborou e tornou público um muito bem fundamentado documento sobre o assunto em questão. Julgo saber que na mesma altura o PSD de Santa Maria fez um trabalho baseado no mesmo assunto. Como é que se compreende então que por aquilo que ouvimos dizer, só passados longos meses tenha finalmente o Governo Regional elaborado resposta a dar ao Sr. Ministro das Comunicações, quando o assunto requeria grande urgência?

Será por já saber o destino do NAV II, e interessar-lhe por motivo das eleições de Outubro, que a decisão oficial seja conhecida apenas após essa data?

Também julgamos saber, que para compensar um pouco o revés com a saída dos Açores do NAV II, a Área de Controlo Terminal dos Açores (TMA) também localizado em Santa Maria irá ser transferida para Ponta Delgada.

Então o que nos irá restar? Levaram-nos já o Tráfego Internacional do Aeroporto, o NAV II tem o destino marcado e o Controlo Terminal poderá também saír de Santa Maria. O que se pretenderá com este espólio? Será a contrapartida uma Zona Franca cujo futuro continua bastante cinzento?

Sr. Presidente da Assembleia Regional, Srs.

Deputados, Sr. Presidente e Secretários Regionais:

Outra preocupante questão. As estradas de Santa Maria cujo estado caótico, calamitoso e vergonhoso de alguns troços é por demais conhecido.

É igualmente do conhecimento oficial que, quer a Câmara Municipal de Vila do Porto, quer a Delegação local do Equipamento Social não possuem capacidade técnica, humana e financeira para chamar a si a solução do problema nas respectivas áreas de actividade, apesar da boa vontade, cujo exemplo mais recente foi a atempada reparação da estrada da Praia Formosa antes das Festas de Agosto. Mas, ir além é difícil. A prová-lo diversos troços de estrada de há muito abertos, e com grande movimento, continuam a aguardar a desejada alcatroagem. Uma verdadeira solução desta premente questão tem forçosamente que passar pelas empreitadas necessariamente apoiadas pelo Governo Regional.

A agravar este problema estão também os troços de estrada cuja degradação se verificou na sequência das obras do porto. O cumprimento do protocolo estabelecido entre os responsáveis da referida obra e as autoridades regionais vem sendo exigido pela Câmara Municipal, infrutiferamente, por desacordo segundo parece quanto à totalidade dos troços abrangidos pelo protocolo em questão. Entretanto, e porque o porto está concluído vão os seus construtores reduzindo equipamento presente na Ilha e protelando as reparações em falta afirmando aguardar informação do Governo Regional sobre que estradas compete arranjar. Com isto são já passados vários meses de bom tempo, aproximando-se o Inverno e continuam os marienses a enfrentar uma condução cada vez mais penosa e arriscada das suas viaturas em estradas dia a dia mais degradadas e onde o areão solto espalhado para tentar tapar buracos é já responsável por vários acidentes de viação de considerável gravidade.

E agora uma última achega. Sendo o Governo Regional dono da obra do Porto de Santa Maria é a única entidade que tem a força para obrigar a que os empreiteiros reparem rapidamente as estradas e por isso o responsabilizamos.

E assim se perdeu ingloriamente um Verão e quanto mais tempo se vai ainda circular em estradas com tão degradado piso?

A terminar gostaria de repetir que finalizo mais enriquecido as minhas funções de Deputado desta Assembleia Regional. Não é possível contudo esconder alguma frustração ao ver ainda por resolver problemas que já existiam quando aqui cheguei e que não me cansei de levantar.

Fica-me a sensação de um apoio desmedido da maioria desta Assembleia ao Governo Regional só sendo reconhecido mérito à oposição em questões de particular delicadeza para o referido Governo.

Disse. Muito obrigado.
(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS está plenamente satisfeito com o trabalho desenvolvido ao longo desta III legislatura que agora finda.

Apesar da sua pequena expressão este Grupo Parlamentar teve um comportamento muito activo nesta Assembleia. Apresentámos propostas em todos os assuntos de maior importância para a vida da Região e participámos empenhadamente nos trabalhos Parlamentares, contribuindo decisivamente para a animação dos debates e para dignificação da Assembleia face à tentativa e prática hegemónica do Governo Regional.

Pautámo-nos sempre por uma acção construtiva. Mas muitas vezes estivemos em desacordo com as decisões desta Casa, apesar de não ter sido fácil contrariar e fazer oposição a uma maioria tão esmagadora e muitas vezes prepotente, como a que existe nos Açores. Porém sempre que foi necessário os deputados eleitos pelo CDS fizeram-no sem desfalecimento e sem complexos.

Estamos certos que só assim se consegue manter nos Açores a chama da democracia e o dinamismo da Autonomia que se quer cada vez mais reforçada e ao serviço do desenvolvimento progressivo da Região e menos rotulada, como alguns o pretendem.

A Autonomia é um meio, diremos até, o único meio, dos Açorianos serem donos dos seus destinos e promoverem o desenvolvimento da sua Região, no quadro da unidade Nacional. Por isso, a Autonomia não pode ser um fim em si mesmo: a Autonomia não mata a fome, a Autonomia não dá educação, a Autonomia não devolve a saúde. Assim, estas eleições que se aproximam não podem ser, como alguns pretendem, um teste se os Açorianos querem ser Autónomos ou não. Este teste já está feito e quase por consenso. Estas eleições, sim, terão que ser um momento privilegiado para ajuizar da forma como este Governo deu bom ou mau uso aos abundantes meios financeiros que o regime autonómico, felizmente, proporcionou à Região.

Terá pois que ser um momento propício para concluir que em vez do Governo Regional ter maximizado os importantes poderes que teve ao seu dispor para promover o desejável desenvolvimento integral e equilibrado da Região acabou por se envolver e utilizar muito do seu tempo em conflitos desnecessários e em políticas aventureiristas que apenas serviram a ambições políticas de quem muitas vezes utilizou o poder não para resolver os reais problemas dos Açorianos, mas para desencadear guerrilhas perfeitamente alheias aos interesses da Região e do seu povo.

Claro que o feitiço muitas vezes se vira contra o feiticeiro. E tal parece que está a acontecer nos Açores.

Mas a par da desastrosa política de relacionamento com os órgãos de soberania, que muito tem prejudicado os Açorianos, nestes últimos dois anos, a actual maioria Regional tem vindo a cometer, nos diversos sectores da vida Açoriana, erros e omissões cada vez mais notórios.

É sentimento crescente nesta Região que a actual maioria do PSD é excessiva, é esmagadora e, por isso mesmo, pratica abusos e convence-se numa autosuficiência geradora de situações que a todos penaliza. Aliás, a prática política de partido único que caracteriza esta maioria torna-se cada vez mais perigosa para a própria vivência democrática.

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Que horror!

O Orador: E os cidadãos vão-se apercebendo disso e já o sentem no dia a dia.

Todos sabemos da enorme dependência que infelizmente esta política exerce sobre muitos.

Todos sabemos os receios crescentes que certos sectores já manifestam em relação ao poder, ao ponto de impedir que alguns participem activamente na vida pública.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Quem são?

O Orador: Este regime de medo se se alastrar pode tornar-se irreversível e por isso democraticamente alarmante. Urge pois estabelecer nos Açores um maior equilíbrio entre as forças democráticas do nosso xadrez político. Em nossa opinião todos ganhariam com isso, a começar pela própria Região. Urge quebrar a saturante monotonia que tem caracterizado o poder regional nos últimos anos.

Urge inculcar um novo ânimo ao povo dos Açores.

Deputado Carlos César (PS): Muito bem!

O Orador: Este III Governo Regional e a maioria que o apoia não conseguiram efectivamente atingir os objectivos a que naturalmente se propuseram no início desta legislatura.

Deputado José Decq Mota (PCP): Muito bem!

O Orador: Apesar dos abundantes meios financeiros de que dispôs, a acção governativa caracterizou-se por uma generalizada frustração.

Obviamente que se gastaram milhões mas, obviamente, também, os Açorianos estão hoje bem mais descontentes, desconfiantes e desanimados do que há quatro anos.

Só este facto deveria merecer de todos nós uma preocupante reflexão.

A continuar assim não é só a maioria do PSD que está em causa é o próprio futuro da democracia, da Autonomia e por isso da nossa Região que se quer como um todo forte e coeso mas também harmoniosamente desenvolvido.

Quem imaginaria que passados estes anos se verificaria a contestação que se vive nas diversas ilhas, das Flores a Santa Maria.

Urge pois repensar as estratégias, as políticas sectoriais, as práticas governativas, os métodos de trabalho.

Todos temos que contribuir para a mudança que se impõe.

Temos que arrancar as Ilhas pequenas do marasmo em que vivem.

Temos que ultrapassar os estrangulamentos que impedem o aproveitamento das potencialidades das ilhas maiores.

O Povo dos Açores vai ajuizar de tudo isto e tem a possibilidade de efectuar as correcções que se impõem.

Vamos aguardar serenamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Aproveito para me despedir de todos e agradecer a possibilidade de franca camaradagem e saudável relacionamento que esteve sempre subjacente nos nossos trabalhos durante estes quatro anos.

As divergências e, por vezes os acalorados debates que nos envolveram, tiveram sempre como fim último, estou certo, o interesse do nosso povo e o amor à nossa Região, o que ao cabo e ao resto, a todos nos une.

Muito obrigado.

Deputado Carlos César (PS): Muito bem!

(Aplausos do Deputado José Manuel Bettencourt).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Natalino Viveiros.

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não queria usar a figura de protesto. Posso certamente usar o esclarecimento ao Sr. Deputado ou a dupla figura como diz ali o Sr. Deputado Carlos César.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro veio aqui citar um texto quase de finados e falou em duas coisas que não podem deixar de merecer da nossa parte um reparo, um esclarecimento e talvez, enfim, uma chamada de atenção, face ao equívoco enorme em que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro labora.

De facto, a autonomia, como o senhor sabe, não está, de forma nenhuma, consolidada - não há aquele consenso generalizado que o Sr. Deputado apregoa - e basta referir (e o Sr. Deputado deve tê-lo até em cima da sua secretária) um pedido de parecer, com data de 21-07-88, do Tribunal Constitucional, que nos foi distribuído pela Mesa da Assembleia, sobre um diploma que esta Câmara elaborou - que é a Lei do Arrendamento Urbano - e os argumentos que aqui são aduzidos por estes ilustres juristas, não só da Procuradoria Geral da República, como também depois na carta que é enviada ao Sr. Ministro dos Transportes e Obras Públicas, são a prova acabada de uma posição deliberada de cercear os poderes desta Região e desta Assembleia.

Portanto, a autonomia não é um projecto pacífico - todos nós sabemos isso! - e só aqueles partidos que não têm outro projecto, que não têm um projecto alternativo, que não se apresentam com novas ideias, com ideias mobilizadoras, com ideias que no fundo vão de encontro àquelas lamúrias que o Sr. Deputado mesmo aqui nesta

Câmara acabou de citar é que pretendem reduzir a autonomia a um dado conquistado.

Quer isto dizer que o CDS de facto não tem novas propostas, não tem propostas alternativas, não tem capacidade de inovação relativamente ao partido maioritário e por isso mesmo compreende-se assim o desapontamento do Sr. Deputado face ao período que se avizinha.

Eu não seria tão pessimista quanto o senhor, relativamente ao descrédito e à desmotivação, porque os elementos de que dispomos não apontam nesse sentido. Assim, faria um apelo à oposição, propondo-lhe que apresente propostas inovadoras que possam merecer debate de ideias juntamente com o partido da maioria - o que não tem aparecido!

Vejo também que os partidos da oposição vão procurar certamente reduzir todo o debate eleitoral a questões meramente de ordem de ilha, concelhia, porque no fundo não têm qualquer projecto.

O Partido Social Democrata, apresentando-se com um projecto credível ao eleitorado, vai procurar dar resposta e passar por cima daquilo para que alguns partidos da oposição neste momento se parecem querer encaminhar, isto é, para um debate autárquico, reduzindo, isso sim, no fundo, a autonomia a uma mera discussão e a um mero exercício de uma Assembleia Municipal ou de uma Câmara Municipal.

Efectivamente, não é este o projecto do Partido Social Democrata e nós vamos concertadamente, também neste caso, saber dar resposta e procurar trazer connosco os partidos da oposição a pensarem a autonomia como um projecto global.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em princípio, sinceramente, nem via necessidade de usar da palavra face ao texto que apresentei. Todavia, depois de ouvir a intervenção do Sr. Deputado Natalino Viveiros e porque realmente estamos a chegar ao fim, gostaria de fazer só alguns esclarecimentos, mais sobre algumas pressões e frases que o Sr. Deputado utilizou e não propriamente sobre o texto que li aqui, que me parece que foi suficientemente claro e teve o propósito, que julgo que todos compreenderam, de expor sinceramente um ponto de vista sobre um certo balanço do que se passou e do que se passa nesta Região.

Portanto, diria, um pouco à letra, que de facto ninguém de boa fé poderá entender a minha intervenção como um texto de finados, antes pelo contrário, julgo que, face à tentativa que foi feita, até foi mais um texto de "médico político", passe a expressão, porque se preocupou em fazer o diagnóstico. E fê-lo, digamos, de uma forma construtiva, recomendando e apresentan-

do já alguns dos "medicamentos" de que esta nossa Região, como paciente, necessita urgentemente.

Por conseguinte, julgo que foi de facto mais um papel - repito - de "médico político" do que propriamente de finados e, isto sim, para evitar que amanhã estejamos todos anojados - porque quando isso acontecer não afectará apenas as pessoas que têm responsabilidade neste momento na maioria, mas toda a Região, todos nós. E para que amanhã não sejamos todos anojados perante o eventual finado - que seríamos todos nós - é bom que se tenha em conta os alertas e as recomendações que, de forma construtiva, aqui foram apresentados.

Finalmente, também não posso deixar passar em claro um pequeno jogo de palavras que o Sr. Deputado Natalino Viveiros aqui apontou, falando em políticas concelhias, em políticas de ilhas e numa desagregação do sentido de políticas.

Quanto a isto, o nosso ponto de vista é de que a Região deverá sempre - e, obviamente, em momentos especiais com maior obrigação - reflectir, ajuizar e discutir as suas políticas. Ora, se as políticas desta Região forem de campanário, como julgo que alguém já considerou, o nosso nível de discussão e de análise vai descer ao nível de campanário.

Portanto, parece-me que o nível da discussão será fixado por quem dê origem a ela e neste caso pela nossa própria formação.

Pela nossa parte estamos perfeitamente disponíveis - e sempre o estivemos e estamos até certos que não é apenas da nossa parte mas de toda a Região - para reflectir sobre a política regional, aos mais diversos níveis. Evidentemente que não estranho que as pessoas se centrem, nalguns aspectos, na tal política de campanário, porque esta ao fim e ao cabo predominou em muita da prática do Governo Regional.

Muito obrigado.

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Não apoiado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho para uma intervenção sobre assuntos de interesse político relevante para a Região.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tivemos sérias dúvidas em subir à tribuna para manifestar uma certa inquietação e preocupação que vai no nosso espírito, no entanto também tivemos a coragem de não as transmitir ao papel antecipadamente para elas procurarem ser o mais fiéis possíveis.

A primeira inquietação é que nos parece que a nossa intervenção poderá ter dificuldade de compreensão, pela simples razão de que nela procura-se manifestar a preocupação actual que

ultrapassa a barreira do doméstico, pois verificamos que a maior parte das preocupações actuais se limitam de facto muito ao doméstico.

E esta nossa inquietação foi encontrar, um pouco, alicerce filosófico num escrito epistolar de Antero Quental. Dizia ele, há muitos anos, que "pertencer a Portugal é com efeito bem triste, mas as ilhas para se tornarem e manterem independentes são pequenas de mais e a unirem-se aos Estados Unidos seria isso a sua completa ruína".

A razão da nossa preocupação é simples:

- Nós pensamos que temos que assumir a responsabilidade de querer pertencer a Portugal, embora seja triste, porque a segunda alternativa não serve de maneira nenhuma ao povo açoriano.

No entanto, achamos que não devemos ficar na situação pessimista, mas, sim, devemos procurar analisar a situação nos nossos dias e penso que isto passa por uma reflexão do que é o Estado e passa, sobretudo, por nós distinguirmos muito claramente quais são as funções do Estado - e estas convirá nós talvez irmos mesmo às origens jurídicas, pois temos que distinguir, sem dúvida, as funções jurídicas do Estado e as funções não jurídicas. É evidente que quase toda a gente sabe quais são, mas de qualquer maneira pensamos que para transmitirmos de facto o nosso pensamento neste momento convirá referi-las.

Toda a gente sabe que as funções jurídicas são aquelas que visam o estabelecimento e a realização do direito e as não jurídicas são formadas por actividades que visam directamente outro objecto que não o de estabelecer e realizar o direito.

Também toda a gente sabe que, relativamente às funções jurídicas, a criação do direito pertence ao legislativo e a sua aplicação pertence ao executivo.

Interessa-nos, sobretudo, fazer aqui uma pequena aportação no que diz respeito às funções não jurídicas do Estado, que, como toda a gente sabe também, são a função política e a função técnica. De entre estas, é sobretudo a função política que nos parece que é fundamental para reflexão nos dias de hoje.

Toda a gente sabe também - mas convém repetir - que a função política é a actividade dos órgãos do Estado, cujo objecto directo e imediato é a conservação da sociedade política e a definição e prossecução de um interesse geral mediante a livre escolha dos rumos ou soluções consideradas preferíveis. Como também toda a gente deve saber, a função técnica é a actividade prática desenvolvida segundo critérios de eficiência, critérios científicos, e que, no fundo, se traduz no emprego dos processos próprios e mais adequados à prossecução de objectivos muito concretos.

Penso que neste momento o Estado Português está amputado da função política e isto é o grande problema que nós temos, porque o processo

autonómico passa sobretudo pela função política do Estado, pela definição do interesse geral nacional e, porque neste momento não temos a dimensão suficiente em termos de Estado para ter uma função política, todos nós - portugueses - temos graves problemas e esses problemas, em nossa opinião, têm que ser também preocupação constante do povo dos Açores.

É assim que nós vemos constantemente a função técnica a sobrepor-se à função política e diria mesmo que neste momento só se tem em conta a função técnica, só se tem em conta a solução dos números, sendo certo que essa atitude do Estado se vira contra o próprio Estado e bastaria um pequeno exemplo para todos nós termos a prova dos nove nesta matéria, que é o que diz respeito à inflação. Não é necessário mais nada do que isto - e para cúmulo diríamos aqui em pequeno aparte que até conjuntamente em dois meses a inflação nos Açores foi inferior à do país - mas penso que a função política levanta um outro problema relativamente ao Estado que é preocupante, porque toda a gente também sabe que para que exista um Estado é necessário povo, território e poder político - e aqui se gera muita confusão e aqui se tem medo do poder político, porque o resto já existe, mas nós temos que ter consciência de que o poder político que o povo dos Açores quer, quer e optou por ser um poder que possa determinar o seu desenvolvimento de acordo com os seus princípios mas sempre dentro do Estado português.

Penso que também, neste momento, se impõe uma reflexão por aquilo que é necessário distinguir entre patriotismo e nacionalismo. Em nosso entender - e comungamos com esta ideia - patriotismo é a dedicação a determinado lugar e a determinada forma de vida, que se julga ser a melhor de todas, mas que não se pretende impor a ninguém, e nacionalismo visa obter mais poder e prestígio, não para si próprio, mas para a nação ou outra entidade em que se decidiu diluir a sua própria individualidade. Ora, o que nós verificamos neste momento é que existe apenas nacionalismo no nosso Estado - não existindo portanto patriotismo - e é uma grande preocupação para nós, no momento existencial, a falta de patriotismo que verificamos a todos os níveis. É necessário que o povo dos Açores dê sinais visíveis de patriotismo, porque essa é uma opção livre, mas é necessário que todos estejamos conscientes da necessidade de haver patriotismo e de se acabar com os nacionalismos.

Pensamos também que é importante e necessário neste momento que todos nós, açorianos, na fase histórica do processo de existência nacional e autonómica, tenhamos consciência de que é necessário encarar o momento presente, não só com uma visão de futuro, mas sobretudo com grande

patriotismo.

Penso que é extremamente perigoso continuar-se a persistir em reduzir o descentralismo, que se iniciou há alguns anos, a uma visão puramente tecnicista, porque o tecnicismo poderá pôr em causa tudo aquilo que se fez ao longo destes anos e poderá pôr em perigo a própria vivência democrática.

O nosso apelo e a nossa preocupação é que, com vistas demasiado estreitas e que por vezes são encapotadas de puro tecnicismo, levam a mau porto todo o nosso processo, seja qual for o porto a que ele for ter.

Gostaria apenas de deixar mais uma reflexão, que nos parece de tremenda importância, que é uma preocupação que já manifestámos diversas vezes: é aquilo que nós qualificamos de irresponsabilidade individual para uma transferência da responsabilidade colectiva.

Vive-se no momento presente uma situação em que ninguém quer assumir em termos individuais a responsabilidade para a transferir para o colectivo, o que significa a inexistência de responsabilidade numa sociedade e é necessário que cada um, em termos individuais, assuma a sua quota de responsabilidade.

Em conclusão, aquilo que nós com a nossa preocupação/inquietação queríamos solicitar a todos é que no momento presente tenhamos a coragem de contribuir todos para que o Estado português não esqueça a sua função política e para que haja patriotismo entre todos os portugueses.

(Aplausos do PSD, do Governo e do Deputado João Carlos Macedo (PS))

Deputada Cinelândia Sousa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt também para uma intervenção sobre assuntos de interesse político relevante para a Região.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fez ontem, precisamente, doze anos que proferi a minha primeira intervenção na Assembleia Regional dos Açores, no período destinado ao tratamento de assuntos de interesse relevante para a Região. Foi, precisamente, no dia 6 de Setembro de 1976.

Dessa intervenção política, que fiz já lá vão doze anos - permito-me fazer alusão à seguinte passagem:

"Todos os que acreditam no Povo; na sua capacidade para, com realismo, escolher soluções e transformações socialmente justas; os que não temem o debate franco e público das questões; os que acreditam na liberdade, no pluralismo político, na vontade popular e na sua consequente soberania, não podem perder de vista que é da essência do totalitarismo de esquerda ou de

direita, a vocação do mando exclusivo e absoluto, e, conseqüentemente a hostilidade à democracia".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Volvidos catorze anos após a data histórica do 25 de Abril de 1974, pode dizer-se que a democracia política, em que vivemos, carecendo ainda de aperfeiçoamento, em vários aspectos, funciona no essencial.

É no quadro da democracia política que a nossa autonomia regional nasceu e se afirmou.

E será cada vez mais na afirmação positiva da democracia política, que a nossa autonomia terá que desenvolver progressivamente o seu aperfeiçoamento, como região dotada de Estatuto Político-Administrativo próprio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É fundamental que se criem as condições necessárias para que a Região Autónoma dos Açores vença o desafio do futuro.

Para isso há que proceder, urgentemente, a uma correcta intervenção governativa, que dê respostas positivas relativamente às questões da vida quotidiana, nos seus aspectos económicos, sociais e culturais de Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de afirmar que, em nosso entender, estes doze anos de autonomia político-administrativa dos Açores - como região dotada de órgãos de Governo próprio - constituíram tempo suficiente para que hoje já estivesse concluída a obra das infraestruturas básicas indispensáveis.

Tanto mais, quanto é uma realidade comprovada que, ao longo destes doze anos, a região dispôs de avultadas verbas financeiras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A crítica quando é construtiva, tem sempre um sentido positivo. E é um elemento indispensável ao exercício da democracia.

Para além das construções portuárias e aeroportuárias que já se realizaram e cuja importância há que reconhecer, tão gritantes eram as carências dos Açores nessa área, a verdade é que ainda continuamos a ser uma região subdesenvolvida, onde há localidades populacionais que ainda não dispõem de rede de energia eléctrica, nem de abastecimento de água domiciliária, nem de estradas asfaltadas. Onde ainda há ilhas em que as populações não dispõem de um serviço de cuidados de saúde necessário à simples extração de um dente, de uma graduação à vista, ou na assistência a um parto por cesariana, pelo que se vêem obrigadas a sair da sua ilha para efeitos de assistência médica.

Uma região onde continua a pesar o espectro das falências de indústrias básicas como a Carnaçor e a Tercon, na Ilha Terceira, a Pró-Pico,

na Ilha do Pico, e a Salsame, na Ilha de S. Miguel.

É este rumo que é urgente mudar.

Não basta fazer-se o levantamento das bolsas de pobreza existentes na Ilha de S. Miguel, de forma mais acentuada, mas existentes, também, um pouco nas demais ilhas dos Açores, e ficar-se por aí.

Há que investir decididamente nas áreas prioritárias, como o é caso da Habitação Social; de um efectivo apoio ao sector empresarial privado, como forma de criação de postos de trabalho e de produção de riqueza, respondendo deste modo, também, às preocupações e anseios da juventude.

Investir prioritariamente na medicina preventiva, como forma de combater a doença, pela prevenção da saúde. Combater a carestia de vida, garantindo um maior poder de compra, através de uma política de subsídio ao transporte de bens essenciais de consumo, oriundos do exterior, nomeadamente os de alimentação e vestuário.

Atender, de forma justa, aos idosos, de modo a suavizar, tanto quanto possível, o "outono da vida".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para isso há que ter, e desenvolver, um projecto político fundamentado nos valores humanos, e alicerçado nos princípios da liberdade e da justiça social.

Em torno desse projecto há que conseguir mobilizar um bloco social de progresso que associe trabalhadores da indústria, da agricultura e de serviços, quadros técnicos e intelectuais, comerciantes, industriais e lavradores, empenhados no progresso e na modernidade, com justiça social.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):
E os operários, não!?...

O Orador: Para isso, há que incentivar o diálogo com os parceiros sociais, designadamente com as organizações sindicais e empresariais, porque é importante que todos reconheçam que existe um espaço de liberdade, onde os problemas do nosso tempo e da nossa terra poderão ser debatidos com rigor, com objectividade e com total abertura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino esta minha intervenção com as mesmas palavras que proferi, então, há doze anos atrás, aquando da minha primeira intervenção, neste mesmo Parlamento.

Todos os que acreditam no Povo; na sua capacidade para, com realismo, escolher soluções e transformações socialmente justas; os que não temem o debate franco e público das questões; os que acreditam na liberdade, no pluralismo político, na vontade popular e na sua consequente

soberania, não podem perder de vista que é da essência do totalitarismo, de esquerda ou de direita, a vocação do mando exclusivo e absoluto, e, conseqüentemente a hostilidade à democracia.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Srs. Deputados, chegámos então ao fim do nosso Período de Antes da Ordem do Dia.

O Sr. Presidente do Governo Regional pede a palavra para?

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, eu não sei se me será permitido, caso ainda haja tempo disponível neste Período, intervir para dar resposta, em nome do Governo, a algumas observações, para não dizer ataques, que foram produzidos ontem e hoje pelos Deputados das bancadas da oposição, nesta última Sessão da Assembleia Regional.

Presidente: Sr. Presidente, para terminar o Período faltam 4 minutos, de forma que se o Sr. Presidente quer dar resposta, faça o favor.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Procurarei sintetizar algumas breves notas...

Presidente: Desculpe, Sr. Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Era para uma...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Não me será permitido falar, Sr. Deputado?

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Não, Sr. Presidente! E vou dizer porquê, se a Mesa o permitir.

Informo a Assembleia de que o Sr. Deputado Ramos Dias também estava inscrito...

Presidente: O Sr. Deputado Ramos Dias está inscrito, sim senhor. Isso é uma interpelação à Mesa?

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): É uma interpelação à Mesa.

...e possivelmente mais outros Srs. Deputados. Portanto, acho perfeitamente incompreensível, no mínimo, porque estamos em fim de Sessão e não vamos estragar este bom ambiente que temos aqui, que a Mesa permita - porque no fundo tinha permitido! - que o Sr. Presidente do Governo use da palavra (e como ele não vai usar da palavra eu julgo que nem vou classificar as intenções que estavam subjacentes a essa pretensão de usar da palavra) e, francamente, tenha impedido que o Sr. Deputado Ramos Dias utilizasse o tempo que pelo menos teria direito - e eu posso garantir ao Sr. Deputado Ramos Dias fazer uma síntese daquilo que considerava importante dizer a esta Assembleia.

Lamento profundamente que o último Período de Antes da Ordem do Dia desta Assembleia Regional

tenha terminado da forma como terminou. Talvez isto seja a prova provada de muitas das afirmações que fiz na minha intervenção, as quais realmente revelam que é preciso corrigir muito dentro desta Casa: é preciso corrigir procedimentos, é preciso respeitar, sobretudo, os direitos dos Deputados desta Casa e, efectivamente, fazer cumprir o Regimento e não haver tanta brandura, tanta atenção, tanta delicadeza para com o Sr. Presidente do Governo, que todos nós estimamos como Presidente do nosso Governo Regional, mas... "cada macaco no seu galho", Sr. Presidente.

(Risos do PS)

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa é, obviamente, interpeçada e tem que dar uma resposta.

O Sr. Presidente do Governo Regional não pediu a palavra para fazer uma intervenção, mas sim para responder a perguntas que foram feitas ao Governo Regional durante estas intervenções.

Além disso, o Sr. Deputado Ramos Dias está de facto inscrito, mas já não tem o tempo regimental para poder intervir.

De forma que não vejo por que é que o Sr. Deputado está tão exaltado e apelida o seu colega de bancada, pelo menos, de "macaco"!

(Risos da Câmara)

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Esse está num galho, mas há outros que estão noutros mais altos!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, como forma de pedir um esclarecimento.

Uma vez que V. Exa. anunciou, na altura em que o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores pedia a palavra, que se dispunha de 4 minutos, penso que entretanto com a intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro já não serão os 4 minutos.

Assim gostaria de perguntar se o Sr. Presidente do Governo Regional for, por hipótese, algo demorado, embora condicionado aos poucos minutos que já restam para, segundo depreendo, dar uma resposta à minha intervenção, com certeza que já não me será permitido responder.

Não me parece bem que, dadas as circunstâncias e na sede própria que é o Parlamento, onde a palavra deve ser dada com primazia aos Deputados,...

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Muito bem!

O Orador: ...seja o Presidente do Executivo a ter a última palavra, em detrimento dos próprios Deputados, além de que na minha intervenção eu não pedi quaisquer esclarecimentos, nem sinto qualquer necessidade de ouvir explicações...

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Ah não?!

O Orador: ...a esclarecimentos que não pedi...

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Pronto! O Sr. Deputado está muito bem esclarecido!

O Orador: ...e, para além do mais, se essa pretensa intervenção do Sr. Presidente do Governo Regional pretende apenas ficar registada no Diário das Sessões, uma vez que ele considerou as minhas críticas como um ataque da oposição, eu gostaria de dizer que de facto nesse caso o Sr. Presidente do Governo, se considera que as críticas da oposição são ataques, tem um mau conceito da democracia, porque em democracia é legítimo à oposição fazer críticas, mas também é da responsabilidade da oposição apresentar saídas alternativas. Ora, na minha intervenção eu critiquei, sim, por um lado, mas apresentei saídas para mudar o rumo dos Açores no sentido da justiça social.

(Vozes do PSD e do Governo: Oh!!!...)

O Orador: Portanto, Sr. Presidente, era esta a interpelação que eu desejava fazer.

Deputado Fernando Faria (PSD): Isso não é uma interpelação!

O Orador: Se o Sr. Presidente do Governo Regional falar, embora não me pareça bem que tenha a última palavra na sede própria dos Deputados,...

Deputado João Vasco Paiva (PSD): A "rolha" está a funcionar!

O Orador: ..., e se já não houver tempo para mais nenhum Deputado falar, parece-me que é a inversão total do que é um Estado de direito numa democracia representativa.

Muito obrigado.

(Vozes de protesto do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado fez uma interpelação à Mesa, logo a Mesa tem que lhe responder.

Os minutos que faltavam tinham dado tempo para o Sr. Presidente fazer as interpelações e o Sr. Deputado responder, só que o Sr. Deputado resolveu o problema respondendo antes.

Deputado Carlos César (PS): Estamos aqui é para ajudar!

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para fazer a interpelação que entender.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, não penso de facto depois da oposição ter manifestado de maneira tão clara o desejo de que eu não fale nesta Câmara, até talvez para dar razão aos últimos ataques produzidos pelo Partido Socialista sobre o meu receio em confrontar-me com os líderes da oposição, quando é certo que no Parlamento nos confrontamos, democraticamente e abertamente, todos os dias que o Parlamento reúne...

Deputado Carlos César (PS): Eu protesto! Isto não é uma interpelação à Mesa!

O Orador: ...e não estamos atirando pedras a partir das praias geladas da Califórnia, como agora pelo vistos é a praxe do Partido Socialista!

Quero descansar o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt. Apesar do carácter histórico do seu discurso de há 12 anos, que ele abundantemente citou na tribuna, não era minha intenção responder ao discurso do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt. Pensava responder às diversas intervenções de carácter crítico e algumas delas condenatórias do Governo Regional produzidas, conforme disse, ontem e hoje por vários dos Srs. Deputados da oposição.

Os partidos da oposição demonstram claramente que, clamando pela liberdade, recusam a liberdade de expressão ao Governo Regional!

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Não estou para ouvir isto!

(Neste momento os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro e José Manuel Bettencourt abandonam a Sala)

O Orador: É uma atitude ilegítima, que eu, por isso mesmo, repudiu. Sujeito-me ao Regimento!

(Neste momento o Sr. Deputado Carlos César bate com a mão sobre o tampo da secretária em sinal de protesto)

O Orador: O desejo dos Deputados da oposição foi de esgotar o tempo do Regimento. A atitude é inqualificável e testa bem a falta de espírito democrático de alguns dos Srs. Deputados da oposição!

Não faltarão ocasiões, ao longo do período que se avizinha, de demonstrar a falsidade dos ataques dos partidos da oposição e reduzi-los perante a opinião pública à sua bem modesta expressão.

Lamento não poder usar da palavra, Sr. Presidente, mas não quero de forma nenhuma que fique no ar a ideia de que reclamo para mim, como Presidente do Governo Regional, qualquer estatuto de privilégio perante esta Assembleia.

Muito obrigado.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Antes pelo contrário!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para um protesto. Pedia-lhe que fosse sucinto, nos termos regimentais.

Deputado Carlos César (PS): Eu gostava de protestar contra o Presidente da Assembleia Regional - já é tempo disso, diga-se de passagem! - pelo facto de ter permitido ao Sr. Presidente do Governo Regional usar e abusar do Regimento, à semelhança do que fora desta Câmara usa e abusa, e de lhe ter permitido aqui na Casa dos Deputados violar o Regimento da Assembleia com o assentimento do Sr. Presidente da Assembleia,

que assim escolheu uma péssima forma de terminar aqui o seu mandato!

Muito obrigado.

Presidente: Entendo a intervenção do Sr. Deputado Carlos César como uma interpelação à Mesa e não como um protesto, porque o Regimento não lhe permite.

O Sr. Presidente do Governo Regional usou da palavra para fazer um protesto porque está no seu direito nos termos regimentais.

Terminou o Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos interromper os trabalhos por 10 minutos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 11,55 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 12,05 horas)

Passamos ao **Período da Ordem do Dia**, cujo 1º ponto é uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Extinção do Serviço Regional do Açúcar e do Alcool"**.

Pergunto ao Sr. Presidente do Governo Regional se algum dos Srs. Secretários pretende apresentar esta matéria.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, a questão é bastante simples. Não sei se valerá a pena fazer qualquer apresentação. O certo é que o Serviço Regional do Açúcar e do Alcool cumpriu a sua missão. Na fase actual e no esquema em que hoje nos enquadrámos não tem razão de ser. Mantê-lo seria obsoleto. Clarificadas as situações relacionadas com a sua actuação, da nossa parte nada mais temos a acrescentar. Solidarizamo-nos com o conteúdo do relatório apresentado pela Comissão competente desta Assembleia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Se algum dos Srs. Deputados quer pedir esclarecimentos sobre esta matéria, faça o favor de se inscrever.

Não havendo pedidos de esclarecimento, a Mesa declara aberta a discussão na generalidade. Os Srs. Deputados que pretenderem usar da palavra na generalidade façam o favor de se inscreverem.

Não havendo intervenções na generalidade, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Extinção do Serviço Regional do Açúcar e do Alcool" foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos então à especialidade.

Para a especialidade o Partido Social Democrata assume as propostas de alteração sugeridas pela Comissão Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros.

O Sr. Secretário vai fazer o favor de ler o artigo 1º.

Secretário: Artigo 1º.

(Foi lido)

Presidente: Está à discussão este artigo 1º, para o qual não há propostas de alteração.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1º façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 2º.

Secretário: Artigo 2º.

(Foi lido)

Presidente: Para este artigo 2º a Comissão propõe a seguinte redacção, que o Sr. Secretário vai fazer o favor de ler.

Secretário: "Artigo 2º.

A liquidação do Serviço Regional do Açúcar e do Alcool será efectuada pela Secretaria Regional do Comércio e Indústria e deverá estar concluída até à data da entrada em vigor do Orçamento da Região para 1989."

Presidente: Estão à discussão estas duas redacções.

Não havendo intervenções, vamos votar. Votaremos primeiro a proposta de redacção da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A proposta de redacção da Comissão foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Os artigos 3º, 4º, 5º e 6º não têm propostas de alteração, de forma que, se não há inconveniente, o Sr. Secretário vai fazer o favor de lê-los em conjunto.

Secretário: Artigos 3º, 4º, 5º e 6º.

(Foram lidos)

Presidente: Estão à discussão estes artigos.

Não havendo intervenções, vamos votar. Votaremos em conjunto os artigos 3º, 4º, 5º e 6º.

Os Srs. Deputados que concordam com estes artigos façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Os artigos 3º, 4º, 5º e 6º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 7º.

Secretário: Artigo 7º.

(Foi lido)

Presidente: A Comissão propõe a eliminação do nº 2 deste artigo. De forma que estão à discussão este artigo e esta proposta.

Não havendo intervenções, vamos votar. Votaremos o artigo 7º já com a eliminação do nº 2.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 7º, sem o nº 2, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos então ao fim da votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, que baixa à Comissão para a redacção final.

Passamos ao ponto nº 2 da Ordem do Dia, que

é uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que adita um número ao artigo 4º do Decreto Legislativo Regional nº 9/80/A, de 5 de Abril.

Se o Sr. Secretário Regional da Administração Pública deseja fazer a apresentação desta Proposta, tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Administração Pública (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como ontem tive oportunidade de explicar à Câmara aquando da apreciação do processo de urgência e dispensa de análise em Comissão, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional visa acrescentar um número ao artigo 4º do Decreto Legislativo Regional nº 9/80/A, que diz respeito ao regime do pessoal dirigente da Administração Regional, no sentido de criar um mecanismo que vise o aperfeiçoamento e a melhor operacionalidade da Administração Regional e designadamente da estrutura orgânica base da Administração Regional, que é a Direcção Regional.

Como tive oportunidade de explicar, os directores regionais propõem aos membros do Governo a nomeação dos directores de serviço e dos chefes de divisão e é perfeitamente aceitável e desejável que o director regional nomeado forme equipa com os seus colaboradores mais directos, que são este tipo de chefias.

Como estamos no fim de um mandato, no início do novo mandato, em que é perfeitamente aceitável que os novos membros do Governo possam escolher os seus colaboradores mais directos, que são os directores regionais, era fundamental prever um mecanismo que possibilitasse aos novos directores regionais eventualmente nomeados a possibilidade de escolherem a sua equipa técnica com a qual terão que executar as políticas do governo.

Muito obrigado.

Presidente: Se algum dos Srs. Deputados quer pedir algum esclarecimento ao Sr. Secretário Regional, faça o favor de se inscrever.

Não havendo inscrições, a Mesa declara aberta a discussão na generalidade.

Também não há inscrições para a generalidade.

Como é um processo de urgência não há discussão na especialidade uma vez que não há propostas de alteração.

Pedia aos Srs. Deputados que retomassem os seus lugares para procedermos à votação.

Passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A proposta de Decreto Legislativo Regional que adita um número ao artigo 4º do Decreto Legislativo Regional nº 9/80/A, de 5 de Abril, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto nº 3 da Ordem do Dia, que é uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que aplica à Região Autónoma dos Açores

o regime do Decreto-Lei nº 265/88, de 28 de Julho.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública para fazer a apresentação.

Secretário Regional da Administração Pública (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Trata-se de aplicar à Região o Regime do Decreto-Lei nº 265/88 que reclassificou e reestruturou algumas das carreiras da Função Pública, designadamente o pessoal técnico superior e o pessoal técnico, e valorizou igualmente as categorias de chefia - os chefes de repartição e os chefes de secção.

Trata-se de uma mera aplicação deste diploma à Administração Pública Regional com a previsão de alguns artigos de mera execução e regulamentação, designadamente o que se refere às providências orçamentais.

Muito obrigado.

Presidente: Se algum dos Srs. Deputados pretende pedir esclarecimentos sobre esta apresentação façam o favor de se inscrever.

Não havendo pedidos de esclarecimento, a Mesa declara aberta a discussão na generalidade.

Não havendo intervenções na generalidade, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com esta Proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional que aplica à Região Autónoma dos Açores o regime do Decreto Lei nº 265/88, de 28 de Julho, foi aprovada por unanimidade na generalidade.

Presidente: Passamos à especialidade.

Suponho que os Srs. Deputados dispensarão a leitura dos artigos, uma vez que não há propostas de alteração e também não haverá discussão, devido ao processo de urgência.

De forma que vou pôr à votação o artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1º façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 2º façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votaremos agora o artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 3º façam o favor de deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim da nossa ordem de trabalhos.

A Mesa apresenta a seguinte Proposta de Resolução:

"A Mesa da Assembleia Regional dos Açores

propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Setembro."

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos então ao fim dos nossos trabalhos. Não é previsível mais reuniões nesta Legislatura.

Desejo a todos boa sorte e boa campanha àqueles que são candidatos outra vez.

Muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

(Eram 12,30 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Natalino Viveiros; PS - Francisco Sousa).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Carlos Teixeira, Gabriela Silva, José Leovigildo, Manuel Ávila, Mário Castro, Mário Freitas).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

Proposta de Decreto Legislativo Regional

O bom funcionamento e perfeita operacionalidade da unidade orgânica máxima da administração regional autónoma, que é a direcção regional, depende da boa articulação e confiança técnica das respectivas equipas dirigentes, entendendo-se necessário possibilitar ao director regional, recém-nomeado, a escolha dos seus colaboradores directos; directores de serviço, chefes de divisão e equiparados.

Nestes termos, o Governo Regional, ao abrigo da alínea j) do artigo 56º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, apresenta à Assembleia Regional a seguinte proposta de Decreto Legislativo Regional:

Artigo Único

É aditado ao artigo 4º do Decreto Legislativo Regional nº 9/80/A, de 5 de Abril um nº 7 com a seguinte redacção:

7. A comissão de serviço dos directores de serviço, chefes de divisão e equiparados findará, também, com a cessação de funções de director regional respectivo, ou, na inexistência deste, da entidade de que organicamente dependam.

Aprovado em Conselho, Horta, 6 de Setembro de 1988.

O Secretário Regional da Administração Pública:
António Menezes.

Proposta de Decreto Legislativo Regional

O Decreto-Lei nº 265/88, de 28 de Julho, reestruturou as carreiras de regime geral integra-

das nos grupos de técnico superior e técnico e valorizou as categorias do pessoal de chefia.

Nos termos do nº 2 do artigo 1º, do citado diploma, a sua aplicação às regiões autónomas está dependente de regulamentação regional.

Nestes termos, o Governo Regional, ao abrigo da alínea j) do artigo 56º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, apresenta à Assembleia Regional a seguinte proposta de Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1º

(Ambito de aplicação)

O regime do Decreto-Lei nº 265/88, de 28 de Julho, aplica-se a todos os serviços da Administração Regional Autónoma dos Açores e institutos públicos regionais que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos, com as adaptações constantes dos artigos seguintes.

Artigo 2º.

(Regime de estágio)

1. A admissão ao estágio para ingresso nas carreiras técnicas superior e técnica far-se-á de acordo com o regime previsto no Decreto Legislativo Regional nº 18/87/A, de 18 de Novembro e respectivos regulamentos.

2. O número de estagiários pode ultrapassar em 1 unidade o número de lugares vagos existentes na categoria de ingresso da respectiva carreira, quando este seja igual ou inferior a 3 unidades.

Artigo 3º.

(Providências orçamentais)

Os encargos resultantes do regime previsto no Decreto-Lei nº 265/88, de 28 de Julho, serão satisfeitos por conta das disponibilidades orçamentais dos respectivos serviços ou, caso não seja possível, por conta da dotação provisional inscrita no orçamento do Gabinete do Secretário Regional das Finanças, devendo os serviços proceder, se for caso disso, às alterações orçamentais permitidas no artigo 12º do Decreto Legislativo Regional nº 3/88/A, de 13 de Fevereiro.

Aprovado em Conselho, Horta, 6 de Setembro de 1988.

O Secretário Regional da Administração Pública:
António Menezes.

Relatório e parecer da Comissão Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros, sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional: "Extinção do Serviço Regional do Açúcar e do Alcool".

Capítulo I

(Introdução)

1. A Comissão Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros, reuniu no dia 1 de Setembro de 1988, numa sala da Secretaria Regional do Comércio e Indústria em Ponta Delgada para apreciação e emissão de parecer sobre o Decreto Legislativo "Extinção do Serviço Regional do Açúcar e do Alcool".

Assim, a Comissão emite por unanimidade o parecer que se segue:

Capítulo II

(Enquadramento Jurídico)

A proposta em apreço encontra o seu enquadramento jurídico na alínea b) do artigo 32º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, conjugado com a alínea a) do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa.

Capítulo III

(Apreciação na generalidade)

Pelo Decreto Regional 14/79/A foi criado o Serviço Regional do Açúcar e do Alcool cujas principais atribuições estão neste momento ultrapassadas porquanto já são exercidas, não pela intervenção do poder público mas sim pela iniciativa privada.

Referimo-nos concretamente às atribuições expostas nas alíneas a), b) e d) do artigo 2º do Decreto Legislativo anteriormente referido.

Restam assim, as atribuições expostas na alínea c) do citado artigo que referem a disciplina, o controle da produção e comércio de alcóois, açúcares, melaços e seus derivados, matérias primas alcóogenas, aguardentes, licores e outras bebidas espirituosas de origem não vínica as quais estão já hoje cometidas, em parte, aos serviços de fiscalização económica da Secretaria Regional do Comércio e Indústria, daí que, a presente proposta tenha todo o cabimento, uma vez que o actual serviço já se encontra esvaziado das atribuições para que havia sido criado.

Capítulo IV

(Apreciação na especialidade)

Artigo 1º.: Nada a referir.

Artigo 2º.: A comissão propõe a seguinte redacção para este artigo:

Artigo 2º.

A liquidação do Serviço Regional do Açúcar e do Alcool será efectuada pela Secretaria Regio-

nal do Comércio e Indústria e deverá estar concluída até à data da entrada em vigor do Orçamento da Região para 1989.

Trata-se de uma melhoria de redacção pela supressão de uma redundância.

Artigo 3º.: Nada a referir.

Artigo 4º.: Nada a referir.

Artigo 5º.: Nada a referir.

Artigo 6º.: Nada a referir.

Artigo 7º.: A Comissão propõe a eliminação do nº 2 deste artigo.

Deve seguir a vacatio legis.

Ponta Delgada, 1 de Setembro de 1988.

A Relatora: Gabriela Silva.

Aprovado por unanimidade em 1/09/88

O Presidente: Jorge Castanheira Cruz.

O Redactor de 2ª Classe: José Maria Dutra da Silva.